

FRANÇA, Fábio Gomes de. “Desvio, moralidade e militarismo: um olhar sobre a formação policial militar na Paraíba”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 803-818, Dezembro de 2013. ISSN 1676-8965.

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

Desvio, moralidade e militarismo Um olhar sobre a formação policial militar na Paraíba

Fábio Gomes de França

Resumo: Apresentamos neste paper uma etnografia realizada durante a primeira semana do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar da Paraíba. Essa primeira semana é comumente conhecida como “semana zero” e, segundo o discurso nativo trata-se de um período de “adaptação” para os recém-incorporados no universo social próprio do regime pedagógico policial militar. Nesse sentido, nossa referência metodológica foi a observação direta e participante. Ademais, utilizamos as perspectivas teóricas de Becker, Goffman e Foucault, com ênfase na análise de fenômenos como desvio e anormalidade, a partir dos quais propomo-nos a destacar o que designamos por “desvio antecipado”,¹ além de estabelecermos uma relação com os estudos sobre moralidade no campo sócio-antropológico. **Palavras-chave:** desvio, polícia militar, semana zero, moralidade

*

Introdução

Os estudos sobre o que passamos aqui a denominar de “espírito policial militar”,² com foco na formação dos profissionais policiais militares, despertaram-nos atenção a partir de nossa dissertação

¹ Agradeço à Prof.^a Simone Magalhães Brito pelas reflexões que me levaram a denominar de “desvio antecipado” à ação considerada desviante por um grupo que imputa tal rotulação a indivíduos que quebram regras relativas ao mesmo grupo antes mesmo de pertencerem a ele, mas que pleiteiam participação efetiva no compartilhamento das regras culturais do grupo. Nesse caso, estamos a falar especificamente de indivíduos que, após realizarem concurso público para o ingresso na Polícia Militar, mesmo desconhecendo as regras internas do processo pedagógico da formação policial militar, já se apresentam para o curso de formação rotulados por ações realizadas antes da entrada na instituição e que se tornaram conhecidas pelos que já se encontram nela.

² Celso Castro, no final da década de oitenta realizou a primeira etnografia numa instituição de regime pedagógico-militarista em nosso país ao analisar a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), local de formação dos cadetes do Exército Brasileiro. A partir da análise, o autor chegou à constatação, com base nas características distintivas dos militares em relação aos paisanos, do que ele passou a designar por “espírito militar”. Com uma ideia próxima, asseveramos pela existência de um “espírito policial militar”

de mestrado que versou sobre o discurso humanizador na formação PM e as novas relações de poder presentes nessa “prática discursiva”. À época, o quartel de formação PM foi o nosso lócus de investigação.³ Em nossa tese de doutoramento, continuamos a descortinar novas explicações que revelem o universo da profissão PM tanto na caserna como nas ruas.

Nessa linha de pensamento e, ao fazer deste trabalho mais uma etapa na construção do arcabouço teórico sobre a formação pedagógica PM, mostramos inicialmente neste paper a discussão sobre a relação que se estabelece entre o objeto em pauta e a incomum posição de um policial militar que resolveu estudar seu próprio mundo profissional-institucional. Nesse caso, falamos de um pesquisador que não precisou se transformar num nativo, porquanto, já o era.

Em prosseguimento, abordaremos uma discussão que situa um debate teórico sobre anormalidade, desvio e interações sociais onde se destaca a problemática de discursos que patologizam indivíduos considerados “anormais” e grupos que constroem a noção de desviante com base no olhar que rotula aqueles que se distanciam das regras coletivas impostas. Nos termos de Becker, estaríamos a falar dos *outsiders*. Além disso, retraçamos tal concepção num diálogo direto com os estudos sobre moralidade, de modo a posteriormente conhecermos a realidade inerente à primeira semana da formação PM na Paraíba, especificamente no CFO.

Por fim, debruçaremos-nos sobre um fenômeno específico que despertou nosso olhar durante a semana zero e que evidenciou dois personagens particulares. A partir desses casos, pudemos chegar a entender o que passamos a denominar por “desvio antecipado” e o qual nos permite propor reatualizar os estudos sobre desvio em consonância com a dimensão moral pela perspectiva sócio-antropológica.

Um participante observante

Ao contrário do que destaca Villela (apud BIONDI, 2010), pelo prisma da perspectiva antropológica, não cremos que estudar um mundo institucional no qual se está inserido se trate de uma atitude apologética, militante ou internalista que podem ser compreendidas pelo que os ingleses chamam de *halfie*, ou seja, quando o pesquisador encontra-se entre o objeto que ele estuda e a antropologia. Por esse viés, com toda implicação epistemológica que tal problemática possa suscitar, acreditamos na validade dos trabalhos que já foram desenvolvidos a partir da questão anteriormente posta e ainda acrescentamos que, em certo sentido, ser um pesquisador nativo pode desenvolver a utilização de parâmetros metodológicos melhor orientados dada a existência de uma “experiência” prévia sobre o que se observa. Nessas condições, sem o medo de descrever o percurso metodológico deste trabalho em primeira pessoa, passo a discorrer que a minha entrada no campo de estudos sobre a formação policial militar se deu no momento do mestrado entre os anos de 2010-2012. Nesse período, a minha preocupação já era aguçada pelo fato de que eu precisava criar o distanciamento necessário que me possibilitasse entender o mundo do qual eu participava, já que eu sou um policial militar. Ainda assim, mesmo vivendo o dilema da busca de uma certa neutralidade que persegue há tempos o campo científico das ciências humanas, estudar o universo policial militar enquanto nativo tem-se revelado objeto de muito trabalho e dedicação próprias de um pesquisador que usa da seriedade para estabelecer critérios científicos válidos.

Assim, as leituras antropológicas me permitiram compreender que não só era possível, mas fazia parte da legitimidade científica na conjuntura das disciplinas humanas fazer o caminho oposto ao preconizado pelos precursores da etnografia e assim, ao invés de treinar “o olhar e o ouvir” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) para observar e analisar uma cultura estranha, eu poderia tornar “o familiar em exótico” (DA MATTA, 1978). Por esse parâmetro, sigo também as considerações expostas por Gilberto Velho (1981) quando ele afirma que mesmo sendo familiar aquilo que vemos e encontramos, isso não garante conhecer-se o que se observa. Além disso, o mesmo autor esclarece que,

Em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a vi-

pelo fato de que, mesmo sendo diretamente influenciada pela cultura militarista do Exército, as polícias militares carregam a marca do “ser policial”, que se agrega ao “ser militar” para criar uma categoria profissional que desenvolveu características *sui generis*, próprias da referida profissão. Para esclarecimentos acerca do “espírito militar” ver Castro (2004).

³ Ver França (2012).

são de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez, não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (Ibidem, 1981, p. 127-129, grifos do autor).

Nesse caminho, mesmo existindo poucos trabalhos nas ciências sociais que pousaram a curiosidade científica sobre a cultura policial militar, mais ainda àquela que pode ser percebida a partir do ambiente intramuros do quartel de formação pedagógica policial militar, outros estudos realizados por policiais militares ou ex-policiais (SILVA, 2002; SILVA R., 2011; SOUZA, 2012, STORANI, 2008) que resolveram fazer de sua profissão uma exploração acadêmica, me ajudaram a mostrar que essa área de estudos já é possível. As palavras de Souza (2012) também ajudam a justificar meu trabalho quando, ao ter desenvolvido pesquisa na Polícia Militar do Estado de Sergipe sobre representações sociais e violência policial militar e ter realizado entrevistas fardado⁴ por uma questão de escolha metodológica, já que à época era policial, ele afirma que “as escolhas na academia não estão distantes das demais que tomamos constantemente nos diversos campos da vida. Elas estão relacionadas a elementos de nossas demandas e experiências pessoais” (p. 25).

Nesse sentido, também, a sociologia compreensiva weberiana (WEBER, 2003) dá-me o suporte adequado para meu posicionamento em relação ao objeto que abordo, de forma que a mesma me possibilita estabelecer o momento devido para utilizar critérios objetivos que ratifiquem o caráter científico do problema. Não estou afirmando que me tornei sociólogo a partir do contato com as informações que a profissão PM me proporcionou, ao contrário, foi a formação como sociólogo (a qual adquiri depois de oito anos como policial militar) que me fez passar a enxergar a PM de outro modo, com reflexão que acabou por direcionar o olhar crítico à análise de uma hipótese inicial que se descortinou na apreensão de um objeto de pesquisa que poderia ser abordado sociologicamente. No final, a minha busca teve finalidades científicas e objetivas, as quais direcionaram minhas impressões subjetivas como primeiro passo para sistematizar a validade do problema que eu pretendi analisar.

Foi a partir dessas condições que realizei uma etnografia da semana zero, utilizando-me da observação direta e participante como recurso metodológico, na intenção de enriquecer e contribuir com as pesquisas que envolvem a formação PM. Falo, deste modo, de um “participador observante” que faz de sua cultura profissional um local de apreensão de inumeráveis objetos que, o fato de ser policial facilita o contato. Como a cultura policial militar é um universo multifacetado de possibilidades para o fazer científico, o que me despertou o olhar na semana zero e suas particularidades, portanto, leva-me a um debate que retoma as teorias sociológicas do desvio e sua localização no contexto de entendimento sócio-antropológico da moralidade.

Anormalidade, desvio e moralidade

A relação entre indivíduo e sociedade sempre foi e continua sendo um dos eixos fundamentais que legitimam o campo da sociologia enquanto ciência. No entanto, torna-se pertinente voltarmos nosso olhar para os fenômenos que dizem respeito às práticas sociais do final do século XIX e como essas eram abordadas pelos estudos que anteciparam a sociologia no seu caminho para ser encarada como uma ciência séria, no sentido durkheimiano. Ver-se-á, pois, que na época citada a relação indivíduo-sociedade era permeada por visões que sofreram forte influência do darwinismo social, do positivismo comteano, das teorias da evolução biológica e racial.

Nesse contexto, Miskolci (2005) nos ajuda a esclarecer que conceitos como anormalidade e desvio também são herdeiros dessa construção histórica própria do final do século XIX. Nesse caso,

⁴ Quando da minha apresentação, por um dos coordenadores do curso, aos alunos novatos do CFO no primeiro dia da semana zero, o mesmo falou da minha pessoa indicando que se tratava de um pesquisador da Universidade Federal da Paraíba e de que eles seriam meu “objeto de estudo”. Eu me encontrava, pois, como dizem os militares, à paisana, com trajes civis. No entanto, no segundo dia de pesquisa, um dos cadetes do 3º ano me denunciou como sendo Capitão da PM, fato esse que suponho fosse acontecer a qualquer momento devido à posição profissional que ocupo na escala hierárquica e às regras que indicam meu posicionamento. Assim, durante o período de pesquisa oscilei o uso de trajes civis e do fardamento policial militar, o que particularmente considerei não ter sido, ao contrário do que eu supunha *a priori*, quando do uso da farda, um empecilho às observações que realizei.

estamos a tratar do aumento dos problemas surgidos com a urbanização e a industrialização do mundo europeu, concomitante à lógica de desenvolvimento do sistema capitalista que trouxe como consequências o aumento da criminalidade urbana e a visibilidade de fenômenos como o suicídio, a prostituição, a vagabundagem, a loucura, o alcoolismo, dentre outros. Fomentou-se, a partir da análise desses problemas, a busca por explicações que conduzissem estratégias na persecução de administrar, com os auspícios da medicina social e da psiquiatria, o controle e a prevenção dos atos desviantes, já que se desenvolveu a crença de que se era possível entender as causas da criminalidade por meio do crivo científico com suas classificações e suas leis que se traduziam em dados estatísticos.

Sobre a psiquiatria, por exemplo, Foucault (1977, 2001, 2006) nos diz que a noção de indivíduo perigoso, encarado como um ser anormal surgiu a partir da inserção do discurso médico-psiquiátrico na esfera da justiça penal. Inicialmente sendo utilizado como forma de validar a presença da desrazão enquanto loucura em crimes considerados “monstruosos”, o discurso psiquiátrico tentava provar quais seriam os motivos de um crime visto como monstruoso, o que se afastava da preocupação dos reformadores penais⁵ da Europa do início do novecentos que centraram suas teorias no ato delituoso e não no que subjaz a ele e ao que pretensamente estava determinado no próprio delinquente. Essa construção criminal da monstruosidade, assim, se diferencia da visão penal do *Ancien Régime*, época na qual qualquer delito era considerado um ato de afronta ao rei não importando, sob certas circunstâncias, sua natureza ou gravidade.

A perspectiva foucaultiana sobre a origem da anormalidade oriunda de figuras como o monstro, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora enseja o fortalecimento de um poder-saber psiquiátrico que se prolifera como universo explicativo das diversas práticas sociais antes mencionadas e que passaram a ser reconhecidas principalmente nas classes proletárias urbanas responsáveis por ações ilegais contra os bens e a propriedade (FONSECA, 2003). Nessa conjuntura, no final do século dezenove, portanto, teorias como a do “criminoso nato”, esboçada por Cesare Lombroso⁶ em sua clássica obra *L'Uomo Criminoso*, lançada em 1876, obtiveram espaço e aceitabilidade causando enorme influência especialmente no campo criminológico. Já era possível então provar-se, com a força do método indutivo-empiricista, que características como o atavismo poderia ser demonstrado com técnicas da frenologia e da antropometria, o que tornava visível por meio da fisionomia e com classificações baseadas em dados estatísticos uma delinquência presente no indivíduo de forma hereditária. Existiria uma propensão natural para a anormalidade e para o desvio, pois a causa para o crime (etiologia) encontra-se intrínseca no próprio indivíduo em sua constituição físico-psicológica.

Além disso, como afirma Foucault (1979, 1988), o princípio de anormalidade suscitou a emergência de um “dispositivo de sexualidade”, onde passou a funcionar uma nova tecnologia de poder que funciona em rede com certa positividade para afirmar um saber, especialmente o das ciências humanas (psiquiatria, psicologia, pedagogia) que se legitima pela existência de um desvio que afasta os indivíduos do campo da normalidade, tornando-os doentes ou degenerados. O discurso da sexualidade, antes de ter sofrido uma repressão social, passou a ser aceito e articulado por meio da linguagem científica, de modo a fortalecer as malhas do cálculo capitalista e, de certa maneira, a hierarquizar como inferiores aqueles que resolvem não se adequar às classificações impostas pelos conceitos científicos ou que não se enquadram nas mesmas.

Nesse sentido, Foucault (1987, 2003) nos fala de uma “sociedade disciplinar”, na qual o processo de normalização dos indivíduos funciona nas instituições da modernidade, ou instituições disciplinares. Por esse foco, a disciplina e o controle corporal e da subjetividade dos indivíduos passam a ser os instrumentos que articulam os princípios de um poder, reconhecido como disciplinar, onde o mesmo garante a articulação com as esferas do saber determinando “práticas discursivas”. O par poder-saber é quem coloca em desenvolvimento as práticas aceitas pelos indivíduos como normais com base no que é ensinado e diagnosticado pelos técnicos e peritos nas instituições, relegando à subordinação moral os comportamentos desviantes ou anormais que fogem às regras disciplinares. Em síntese, de Lombroso à crítica presente em Foucault podemos dizer que,

Fenômenos históricos e socialmente criados passaram a ser encarados de forma naturalizada. Assim, cientistas viam no lugar do desempregado o “vagabundo” e o criminoso era en-

⁵ Ver Beccaria (2003), Bentham (2008).

⁶ Ver Lombroso (2007).

carado como um anormal nato ao invés de alguém que enveredara pelo crime devido a circunstâncias sociais. A “prostituta”, por sua vez, não era compreendida como alguém sem outra alternativa de sobrevivência além da venda do próprio corpo ou muito menos como uma mulher que optara por uma ocupação tão estigmatizada por livre e espontânea vontade. Ela era vista como uma mulher sexualmente doente (MISKOLCI, 2005, p. 12).

Após a institucionalização da sociologia como ciência no início do século XX e mesmo com a influência que ela sofreu das teorias antes analisadas, como exemplifica a distinção proposta por Durkheim entre o normal e o patológico em sua obra metodológica⁷, tivemos no aporte das explicações sociológicas uma guinada contrária à crença naturalista e determinista da anormalidade e do desvio. Nesse aspecto, reconhecemos a importância do desenvolvimento da sociologia norte-americana a partir da fundação da Universidade de Chicago em 1892. A criação dessa instituição acabou por torná-la referência nos estudos sociológicos a ponto de popularizar-se o termo Escola de Chicago para denotar a tradição teórica dos seus pesquisadores. Inicialmente vinculada a pesquisas voltadas para a criminalidade urbana, devido ao aumento da população da cidade de Chicago em um curto espaço de tempo entre os séculos XIX e XX e à intensa industrialização e urbanização que atraiu imigrantes de diversas origens, passada a Segunda Guerra Mundial novas pesquisas despontaram na tradição teórica do interacionismo simbólico. Dentre elas, os estudos de Goffman (2007) sobre as instituições totais e de Becker (2008) sobre desvio nos serve de mote para compreendermos a mudança de percurso sobre o significado do desvio a partir da década de 60 do século passado.

Por esse liame, Goffman realizou estudos que o levaram a conhecer e definir instituições com características particulares a partir de pesquisa realizada num hospital psiquiátrico para doentes mentais como observador participante. Com base nessa experiência, este autor lançou a obra “*Asylums*”, em 1961, a qual foi traduzida para o português com o nome de “Manicômios, prisões e conventos” e, onde o mesmo define tais organizações como instituições totais, que seriam locais simultâneos de trabalho e residência onde indivíduos compartilham situações semelhantes por um tempo considerável por meio de uma administração formalizada e com caráter de fechamento, já que estão apartados da sociedade como um todo (GOFFMAN, 2007). Essas instituições são classificadas pelo autor em cinco grupos, mas, apenas para exemplificar, podemos destacar como instituições totais prisões, casas para órfãos, hospitais para doentes mentais, quartéis, escolas internas, campos de concentração, mosteiros, conventos e outros claustros.

Ocorre que nas instituições totais existem duas equipes (a dirigente e a de internos) que se situam de forma antagônica, pois a que dirige controla e vigia os internados fazendo os mesmos seguirem uma “carreira moral” assim que chegam à instituição. Ocorre, a seguir, desde a semana inicial, denominada de “boas vindas”, uma “mortificação do eu” que busca apagar as experiências do mundo civil através de “uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu” (Ibidem, p. 24). De imediato, os novatos passam a perder os antigos papéis que são alterados por conta do processo de admissão que se caracteriza em parte pela atribuição de números aos novatos, o corte de cabelo de forma padronizada para todos, instruções que especificam as regras institucionais, enfim, essas medidas ensejam por parte da equipe dirigente uma “arrumação” ou “programação” dos novos internos para que os mesmos sejam “enquadrados”. Além disso, todos são colocados à prova nas situações que os iniciam no processo de socialização institucional por “testes de obediência” que servem para fazer com que um “internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe” (Ibidem, p. 26). Existe uma distinção entre internos antigos e equipe dirigente em relação aos novatos e, em certo sentido, a última “se considera como especialista no conhecimento da natureza humana, e por isso pode diagnosticar e receitar a partir desse conhecimento” (Ibidem, p. 81).

De acordo com as configurações apontadas por Goffman, percebemos a presença de relações que visam à correção moral do caráter de indivíduos que precisam se adequar aos padrões e regras estabelecidos para que não se tornem alheios aos objetivos almejados pelas instituições totais, o que pode caracterizar desvios por parte dos internos.

Pelo parâmetro anterior, Becker lança em 1963 a obra “*Outsiders*”, a qual se torna referência no campo dos estudos sociológicos do desvio. Para ele, o desvio se caracteriza como a quebra de regras criadas por grupos sociais específicos e, nesse caso, o desviante não carregaria em si a causa do

⁷ Ver Durkheim (1987).

desvio, mas ele seria rotulado pelo fato de se indispor a seguir o que está estabelecido pelo grupo. O ato desviante é, nesses termos, uma consequência do olhar criado pelo grupo que impõe e aplica as regras. Como diz o próprio Becker, o “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele (2008, p. 27). Importa, por essa perspectiva, entender os processos de interação que criam os outsiders, ou seja, os desviantes, através da rotulação dos mesmos, além da reação que eles demonstram ter diante do julgamento a eles conferido. O que está em jogo, como demonstra Becker (2008), é um conjunto de regras que são operadas por “empreendedores morais”, tanto aqueles que fazem como os que impõem as regras por meio de uma “cruzada moral” que institucionaliza o que deve ser seguido, de modo que se torne público o ato não condizente com as normas estabelecidas.

Sobre o debate que envolve a moralidade, seguimos o pensamento de Miskolci (2005, p. 14) quando o mesmo afirma que “a norma desvaloriza o existente para corrigi-lo, ou seja, nenhuma regra é neutra, antes implica referência a um valor. Sob a ilusão dos números e das estatísticas a normalidade esconde seu caráter eminentemente apreciativo”. Essa condição nos leva a observar que os juízos que criam os desvios trata-se de fenômeno universal pelo fato de todos os agrupamentos humanos apresentarem censuras e coerções para atos considerados desviantes (CUSSON, 1995). Desse modo, os estudos durkheimianos podem ser recobrados para destacarmos que, se o desvio depende das interações sociais desencadeadas entre os diversos atores sociais, estamos a falar da força coletiva que subjuga o indivíduo. Para Durkheim (1987, 1999, 2008, 2007), pois, as representações coletivas precedem a existência individual de maneira que, para senti-las, basta que qualquer indivíduo adote comportamentos contrários ao que se estabelece como regras grupais, inclusive as de cunho moral. Só que, ao contrário de Durkheim, a visão destacada aqui não corrobora a imagem do desvio como desorganização social, anomia ou um tipo de patologia anti-estrutural próprias do funcionalismo, ao contrário, estamos a demonstrar a existência de regras morais de cunho coletivo que tendem à rotulação e à estigmatização que passam a afirmar o que significa ser um desviante e a reconhecer este último. “O caráter desviante de um ato depende da maneira que os outros reagem. O desvio é o resultado das iniciativas do outro, visto que ele encadeia um processo colocado em prática para selecionar, identificar e tipificar os indivíduos” (Ibidem, p. 192).

Para os interacionistas, a moralidade de uma sociedade é socialmente construída; ela é relativa aos atores, ao contexto social e a um dado momento histórico. Se essa moralidade não nasce por si, é preciso que haja os “construtores”. Dessa maneira, a moralidade pode ser definida pelas pessoas cujas reivindicações são baseadas em seus próprios interesses, valores e visão de mundo. Considerando-se que o desvio é uma definição social, os interacionistas se preocupam com sua construção, com a forma que certos rótulos são colados em algumas pessoas, com as consequências que tal fato pode engendrar neles e nos que os rotularam assim (LIMA, 2001, p. 192).

Pelo trajeto teórico anteriormente esboçado, seguimos os passos dos pesquisadores interacionistas que, mesmo em meio às críticas, preocuparam-se em desenvolver o trabalho de campo como ferramenta metodológica com a observação *in situ* (LIMA, 2001), condição essa que nos leva a conhecer, a partir de uma etnografia, a “semana de adaptação” do CFO da Polícia Militar, na Paraíba. Desde já, o que destacamos são as relações que se estabelecem entre a equipe de coordenadores e alunos antigos com os novatos recém incorporados na instituição e, ao contrário de Goffman (2007), nosso olhar se verte mais para a equipe dirigente do que para os internos.

Uma etnografia da “semana zero”

A semana zero se caracteriza, nos termos do que coloca Van Gennep (1978), como um rito de passagem, o qual se consolida como um estado de mudança a realizar-se a partir de três fases: a separação, a margem ou “limem” e agregação. Na primeira fase ocorre o afastamento do indivíduo das relações fixas que estabelecia na estrutura social a qual pertencia e dos laços culturais que até então o acompanharam. Na fase liminar, o indivíduo passa a se localizar numa posição intermédia e ambígua que servirá de preparação para iniciá-lo no novo mundo cultural que o receberá pronto na terceira fase que é a agregação. Ele passará, portanto, por uma “alternação” (BERGER, 2012) ou “mortificação do eu” (GOFFMAN, 2007), que reconstruirá sua realidade social por meio de um processo de socialização secundária (BERGER; LUCKMANN, 1985) que incutirá em seu corpo um novo *habitus* que repercutirá em suas condições mentais e afetivas (BOURDIEU, 2001, 2007, 2009). Enquanto um rito de passagem podemos observar na semana zero as três fases, com especial

ênfase dada aos atributos da liminaridade, pois, nessa fase, como destaca Turner (1974), ao considerar os ritos de passagem como um “processo ritual”, os indivíduos

Como seres liminares, não possuem “status”, propriedade, insígnias, roupa mundana indicativa de classe ou papel social, nada que os possa distinguir de seus colegas neófitos ou em processo de iniciação. Seu comportamento é normalmente passivo e humilde. A liminaridade implica que o alto não poderia ser alto sem que o baixo existisse. Outras características são a submissão e o silêncio. Os ordálios e humilhações, com freqüência de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos, representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a têmpera da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios (TURNER, 1974, p. 117-127).

Com base no exposto, podemos ainda salientar segundo Turner (1974) que a fase limiar cria um estado grupal que este autor denomina de “*communitas*”, na qual, inexistindo a hierarquia, coloca os neófitos em posições igualitárias, ao contrário da estrutura social culturalmente estabelecida onde as normas, costumes e valores prescrevem regras fixas com base no grupo que acabam por hierarquizar os indivíduos. Só que, “a “*communitas*” em pouco tempo se transforma em estrutura, na qual as livres relações entre os indivíduos convertem-se em relações, governadas por normas, entre pessoas sociais” (Ibidem, p. 161). A relação dialética entre estrutura social e a “*communitas*” enquanto uma anti-estrutura, acaba por fim por fortalecer a primeira revigorando os padrões existentes e compartilhados pela coletividade, assim como demonstrou Storani (2008) ao estudar o processo de formação dos policiais do Curso de Operações Especiais do BOPE do Rio de Janeiro. Ao considerarmos o grupo de alunos da semana zero do CFO como uma “*communitas*”, como nos ensina Turner (1974), estamos a também dizer que esta semana comum às formações policiais militares trata-se de um “ritual de elevação de ‘status’”, o que Goffman (2007) interpreta, como ressaltado anteriormente, como sendo as “boas vindas” nas instituições totais. Essa semana de adaptação, pois, estabelece um “vínculo ritual” (KOURY, 2006) entre os pleiteantes a futuros cadetes⁸ da PM, já que na semana-zero passam a ser chamados de aluno zero-ano e, segundo as palavras de um dos coordenadores do CFO quando da apresentação aos novatos no primeiro dia, essa semana serve para “adaptar à rotina militar”.

E foi com a proposta de adaptação ao novo mundo da PM que a semana zero iniciou-se no dia cinco de maio do ano de dois mil e treze e perdurou por nove dias. Era domingo. Claro que minha experiência anterior como policial militar ajudou em certo sentido a compreender a semana zero, pois o curto espaço de tempo deixaria muitas lacunas dada a metodologia utilizada que exige um certo acompanhamento da cultura nativa para chegarmos a supostas conclusões. Mas, em comparação com a minha experiência adquirida, a semana zero que acompanhei revelou-me muitas outras possibilidades para o fazer sócio-antropológico. As observações dos cadetes do 3º ano sobre a minha inusitada presença de certo modo anunciava os eventos futuros. Um deles perguntou sobre o que eu fazia na Academia e, ao respondê-lo, o mesmo fez um gesto de desconfiança e falou sei!!!????, além de acrescentar: “vai nos entregar para a corregedoria”.⁹ Um outro cadete, ao se reportar a mim falou em tom de brincadeira que “não poderia falar nada na frente do Capitão”. Mais um dos alunos do 3º ano me confidenciou que “hoje será o dia das contradições” porque alguns alunos só reconheciam os direitos humanos quando era para si mesmos. No dia posterior, muitos cadetes fizeram o comentário de que quem estivesse no caderninho do Capitão estaria “ferrado”, iria atrasar a promoção de muita gente, o que era respondido que no caderno existiam anotações simples que descreviam a semana zero. Ao que uma cadete asseverou no terceiro dia: “Capitão, não pode falar tudo senão ninguém vai sair aspirante!”¹⁰

Assim, em meio à ansiedade dos novatos por não saber o que os esperava e por outro lado, à vontade do 3º ano em querer demonstrar o que prepararam para os novatos, aconteceu a apresentação à noite, já que estava marcada para as vinte horas. Chegavam muitos carros com os familiares que traziam os novos cadetes. Todos os alunos que chegavam passavam a esperar numa sala de aula

⁸ Cadete e aluno são formas similares de denominar os participantes do CFO.

⁹ Setor da PM responsável por apurar infrações administrativas, disciplinares e criminais dos policiais militares.

¹⁰ Aspirante a Oficial é a função ocupada pelos cadetes assim que terminam o curso, que se desdobra em um estágio probatório de oito meses, após o qual eles são declarados segundo-tenentes.

e colocavam o enxoval¹¹ num alojamento separado para eles (com homens e mulheres em lugares apartados). O primeiro ato dos novatos foi, após o encontro com os coordenadores e alunos do 3º ano, fazer a conferência do material que foi pedido a todos. Foi explicado ao aluno zero-um¹² para o mesmo “conduzir” os demais para a conferência do material na garagem. Dos trinta novatos, metade deles já tinha experiências militares, tanto na PM como nas Forças Armadas. Foi ordenado que os novatos fizessem um círculo para a conferência do material. A partir daí, a pressão constante por parte dos cadetes do 3º ano começou a ser exercida. Foi dito por um dos cadetes do 3º ano que “se não consegue levantar o caderno, imagina uma arma”. Os objetos eram levantados e permaneciam assim até que fossem mandados pegar outro objeto e baixar o braço. Tudo acontecia com muita gritaria, de forma ininterrupta, por parte dos alunos do 3º ano.

Um apito vez ou outra era acionado pelos coordenadores para indicar pressa aos alunos. As luzes da garagem foram apagadas para que os alunos usassem a lanterna. Soltou-se uma bomba no escuro. Logo após, foi feito um exercício em que foram dados dois minutos, no escuro, para todos ajeitarem o material. Depois que alguns itens foram deixados para trás, os cadetes determinaram aos novatos que conferissem pra saber a quem pertencia o material esquecido na garagem. Conversando com um cadete do 3º ano ele confidenciou-me: “na minha época o Capitão C..... me dizia: você é um inútil. Eu tinha vontade de dar um murro nele”. As atividades prosseguiram até chegar a hora de organizar os armários nos alojamentos. Faltavam cinco minutos para a meia-noite. Os cadetes do 3º ano faziam pressão psicológica a todo o tempo para que os novatos apressassem a arrumação. A pressão no aluno zero-um era maior que em relação aos demais. Os alunos foram ordenados a sair do alojamento sob a gritaria dos cadetes. A euforia era notória. Depois fui até o alojamento feminino e, minha presença não foi questionada. Uma das novatas teve problemas para abrir o cadeado. O nervosismo era tanto que nenhuma das outras ouviu o pedido de ajuda dela.

Na próxima atividade, já no início da madrugada, cada novato era testado como “xerife”.¹³ Todos pagavam flexão toda vez que erravam exercícios de ordem unida como colocar em forma¹⁴ os alunos na posição de sentido e descansar. Numa situação, uma cadete do 3º ano diz que um dos novatos “parece uma mocinha” porque gritava baixo ao pedir para entrar em forma. Dois alunos foram colocados de frente à tropa porque estavam com o par de tênis que usavam branco ao invés do preto que foi a cor estipulada para todos e que constava do enxoval. As bombas eram frequentes para criar um clima de pressão psicológica. Os cadetes tiveram a ideia de “infiltrar” um cadete do 3º ano entre os novatos. De início não desconfiei, mas uma cadete do 3º ano depois me confidenciou. Num instante em que ele encontrava-se sozinho perguntei sobre sua percepção em relação aos novatos e ele disse-me que “alguns deles estavam tremendo e o zero-um estava muito agitado”. Um outro cadete do 3º ano falou-me que um dos novatos era amigo do seu irmão e, segundo ele, “o coração dele estava a 120 por hora”.

Muitas das situações criadas pelos cadetes se pautavam em brincadeiras e chacotas com os novatos. A posição comum dos alunos novatos esperarem os demais atrasados quando no desempenho de alguma atividade era a de flexão. Um dos coordenadores passou a chamar os novatos individualmente dentro do alojamento para confiscar objetos pessoais, especialmente os aparelhos celulares, para que eles cortassem em definitivo o contato com o mundo externo. Às duas horas da madrugada, os alunos encontram-se na garagem, em forma, com os cadetes ainda fazendo pressão. Frases são ditas: “segura a moral, não dá pra morrer não”. Para um dos coordenadores, o novato que não conseguisse completar a série de flexão deveria gritar: “Eu sou um morto!”. As atividades se findaram pelas quatro horas da manhã da segunda-feira.

¹¹ Trata-se de um conjunto de materiais desde objetos de uso escolar a produtos de limpeza e acessórios para higiene pessoal, além de roupas como o bichoforme que é o uniforme usado pelos novatos antes de receberem o fardamento policial militar. Para uma descrição do bichoforme ver França (2012).

¹² Primeiro colocado no Concurso vestibular, que foi a forma de entrada para o CFO.

¹³ Para melhor entender a função de xerife ver França (2012).

¹⁴ Estar em forma é o mesmo que estar em um dispositivo (tropa) em que os alunos ficam dispostos em colunas e linhas geralmente num formato retangular, obedecendo distâncias iguais uns dos outros podendo estar na posição de sentido ou descansar – imóveis – ou à vontade, quando podem se mexer mas sem deixar o lugar que ocupam.

Todas as situações citadas anteriormente, durante o restante da semana zero repetiram-se, variando as formas das atividades, mas sempre com muita pressão psicológica por parte dos cadetes do 3º ano, num resumo de gritaria com explícitas humilhações verbais. Trata-se, na verdade, do que eles denominam de “muído”. Com a intenção de entender o significado do muído, perguntei a diversos cadetes sobre o que era o muído ou qual seria sua finalidade, o que muitos me responderam “nenhuma”, “Não tem objetivo, é o muído pelo muído”, “Pra nada!” “É tradição, tem de manter”. E foi para cumprir a tradição que o coordenador falou na madrugada do segundo dia: “Ontem não foi nada, o muído é hoje!”. E tal muído se traduziu, por exemplo, em molhar os alunos com água gelada estando todos passíveis e imóveis, além de receberem gritos efusivos e “pagarem” flexões. Ao chegar ao Centro de Educação todos os dias eu geralmente perguntava quais seriam as atividades programadas para aquele dia e eu obtinha como resposta que, à noite, haverá “teste de reação”, ou seja, o “muído”.

Durante toda a semana, o muído caracterizou a semana zero sempre ocorrendo à noite, especialmente pela madrugada. Durante o dia e no início da noite aconteciam muitos exercícios militares de ordem unida e atividades outras como aprender hinos (nacional, da Paraíba) e canções militares. Apreendemos também, em outra situação, no terceiro dia, o que poderíamos considerar como sendo um “muído psicológico”, pois, foi passado um filme que, na opinião dos cadetes do 3º ano deveria ser chato, mostrado à noite, “para testar a atenção dos alunos”. Essa atividade foi desenvolvida após um dia exaustivo e era proibido a todos de dormir na sala de aula durante o filme, já que depois foi pedido um resumo do filme.

Muitas das ações dos cadetes do 3º ano em relação aos novatos se configuram em fazê-los crer que coisas sem sentido são carregadas de valores positivos como responsabilidade e respeito à hierarquia e disciplina. No segundo dia, por exemplo, ocasião em que o “cadete de dia”, no rancho, pela primeira vez denunciou o fato de eu ser Capitão, ele colocou sua “boina”¹⁵ à vista, como se esse objeto fosse um superior hierárquico e mandou que os novatos ao “saírem do recinto” pedissem permissão à boina. Enquanto um novato se “apresentava” para a boina, os demais olhavam desconfiados e apreensivos a cada apresentação. Quem errava na forma de se apresentar voltava para o final da fila. Castro (1990, p. 31) relata fato semelhante em sua etnografia na AMAN quando nos conta que “o bicho pode também ter que ficar contando piadas para uma estátua até ela rir”. No conjunto dessas perspectivas tem-se que,

A relação entre equipe dirigente e internos é marcada por hostilidades e humilhações que culminam na mortificação do *self*, sobretudo nos primeiros dias do interno, isto é, durante o período de adaptação. A equipe dirigente faz uso da hierarquia e da disciplina, de forma legítima ou não, para construir uma nova identidade em seus internos. Esta nova identidade é marcada pela obediência e pelo culto do subordinado ao superior. Nesse processo de construção da identidade policial militar a equipe dirigente recorre e até mesmo ultrapassa os regulamentos e normas da Polícia Militar. A posição ocupada na escala hierárquica pode ser um fator decisivo para que uma determinada ordem seja cumprida, mesmo contrariando os estatutos e regimentos internos da corporação (SILVA, 2002, p. 16).

Entre os objetivos finais dessa “pedagogia do controle” (FRANÇA, 2012), destaco o que observei em uma das “instruções” ministradas no sexto dia pelos cadetes do 3º ano. A aula tinha como foco o conhecimento dos símbolos nacionais e a importância das instituições. Foi demonstrado o conceito de pátria e de instituições, sendo essas últimas “organizadas sob a forma de regras e normas”. Foi mostrada a importância da religião, da família, da política enquanto democracia e das instituições militares, além das instituições econômicas: propriedade privada e livre iniciativa. Um dos cadetes do 3º ano falou que os símbolos nacionais estão carregados de emoção e amor. Vários novatos mostravam estar com sono e pediam para ficar de pé no fundo da sala. Um deles me confidenciou que da madrugada da quinta para a sexta eles não dormiram.

Por fim, no penúltimo dia, em contato com o Major Comandante da Academia onde são formados os cadetes, os novatos ouviram das palavras daquele que “vocês estão mais fortes”. Além disso, ele afirmou: “se respeitem, se ajudem, aproveitem esse espírito de corpo”. O comandante indagou dois novatos sobre problemas particulares de saúde. O mesmo disse aos alunos que “se tiverem algum problema de saúde, não deem uma de herói, avisem à coordenação”. Disse ele: “já são vencedores, já chegaram aqui vencedores”. Tais palavras se juntam àquelas proferidas pelo Co-

¹⁵ Cobertura utilizada na cabeça pelos policiais militares.

mandante do Centro de Educação¹⁶ quando o mesmo recepcionou os familiares dos novatos que, no último dia da semana zero, pela manhã, aguardavam os mesmos voltarem do batismo, que foi feito com um banho de mar pela madrugada e após passariam por um teste físico final quando chegassem ao quartel. Os familiares ficaram escondidos no Auditório do quartel para realizar uma surpresa aos novatos, momento em que o Comandante falou que “era preciso que os alunos soubessem se realmente era aquilo que eles queriam”. Ele ainda afirmou que os policiais militares trabalham sob estresse e têm determinadas situações que eles têm que passar e, “Os mais velhos recebem os mais novos com o dever de protegê-los”.

No rito final, como citei, conhecido por batismo e ocorrido de madrugada nas águas de uma praia de João Pessoa, após os novatos deslocarem-se correndo à mesma monitorados pelos coordenadores e pelos cadetes do 3º ano, eles entram na água juntamente com os cadetes do 3º ano como uma corrente, todos de braços dados, mostrando-nos a finalização do processo liminar e a agregação dos novatos para fortalecer a estrutura que regimenta a cultura dos alunos do CFO. Agora eles deixavam de ser alunos zero-ano para serem cadetes do 1º ano. Só que, em meio à semana zero, acompanhamos diversas situações que levam os coordenadores e alunos do 3º ano a identificarem os desvios que maculam a estrutura social posta pelo curso, bem como as anormalidades que devem ser combatidas para que a socialização dos novatos ocorra com eficiência e a “mortificação do eu” seja efetivada para que o novo *habitus* seja adquirido e introjetado.

A aluna X e o aluno Y

Passo agora a descrever a particular situação que envolveu dois cadetes zero-ano durante a semana zero e, mediante o fato de ter-se que resguardar suas identidades, adotei a nomenclatura de aluna X e aluno Y para os mesmos. As situações nas quais esses alunos foram envolvidos me levou a reconhecer o que proponho chamar por desvio antecipado, o qual se configura, como descrevi anteriormente, na imputação de um comportamento desviante a alguém que ainda não faz parte da cultura institucional policial militar e nem ao menos ainda sabe como a mesma funciona, ou ainda, se sabe, não compartilhava dos preceitos seguidos nas esferas hierárquicas superiores.¹⁷ No entanto, o olhar de coordenadores e alunos constroem a imagem antecipada desses pretensos desviantes que passarão a conviver no universo da formação PM como cadetes.

Nessa direção, desde o primeiro dia da semana zero, quando da apresentação dos alunos, antes de começarem as atividades, um cadete do 3º ano durante a recepção dos alunos confidenciou-me que um dos novatos (mostrando o mesmo) publicou através de um comentário no *facebook* que os cadetes do 3º ano eram “estitados”¹⁸ (balançando a cabeça demonstrando negatividade em relação ao comentário). Ele ainda acrescentou que os comentários foram impressos e a coordenação tomou conhecimento do fato. Um outro cadete do 3º ano também disse-me que uma FEM¹⁹ que passou por nós era da “bagaceira”²⁰, denotando a inferioridade moral da mesma, para ele. Ainda mais, quando da apresentação de um dos novatos, que se deu com o mesmo estando vestido com roupa de chuva (pois chovia forte) em cima de uma *pick up*, um dos alunos do 3º ano observou: “ele chegou assim e é aluno?” (balançou a cabeça com indignação). Essas primeiras impressões foram o mote necessário para que eu despertasse o olhar para algo que estava a todo instante sendo observado pelos cadetes do 3º ano: uma distinção moral entre eles e os recém-chegados. E por essa condição, minhas observações iniciais, de certo modo, passaram a ser orientadas para a equipe dirigente

¹⁶ No organograma do Centro de Educação, este é o quartel de formação e, a Academia seria uma Sub-unidade responsável por formar especificamente os cadetes, já que existem outras Sub-unidades responsáveis por outras formações PM dentro do quartel. Ver França (2012).

¹⁷ Digo isso porque o Cadete Y, por exemplo, era soldado antes de entrar no CFO.

¹⁸ Para os alunos do CFO ser “estitado” é o mesmo que não ter o brilho e o brio que denotam ser um policial militar, com todas as características que a cultura institucional apregoa como disposição e prestabilidade para a execução das atividades que irão refletir posteriormente no exercício da profissão, bem como, quando um aluno não dá a devida atenção ao cuidado com o asseio pessoal, incluído aí a desatenção para a maneira como se veste; ou ainda quando um aluno não desenvolve os exercícios de ordem unida com a marcialidade inerente ao militar.

¹⁹ Termo nativo utilizado para designar as alunas e policiais femininas.

²⁰ Neste sentido, ser da “bagaceira” é mostrar um comportamento indecoroso, não condizente com as regras morais que preceituam os diversos regulamentos preconizados pela instituição PM.

nos termos de Goffman (neste caso além dos alunos do 3º ano, incluem-se também os coordenadores, pois são ambos que organizam a semana zero).

A partir do reconhecimento do comportamento moral, no sentido negativo, por parte da equipe dirigente em relação aos novatos, a situação que envolveu comentários postados no *facebook* por alguns deles tornou-se o elemento destacado das observações, as quais estiveram presentes desde o primeiro até o último dia, pois a conversa sobre as postagens eram constantemente suscitadas especialmente pelos alunos do 3º ano quando de minha presença. E foi para entender o significado dado pelos coordenadores sobre os comentários que observei pela primeira vez a aluna zero-ano que passei a chamar de cadete X. Despertou-me atenção o fato dessa cadete estar sendo sempre carregada nos braços pelas outras quatro cadetes cantando uma canção religiosa não importando onde elas fossem, como retaliação ao seu comportamento antes de iniciar a semana zero, pois ela era uma das que tinham postado comentários no *facebook*, ou melhor, através de minhas observações durante toda a semana zero, posso considerar que ela foi o foco central das atenções de quase todos os cadetes do 3º ano e dos coordenadores da Academia.

Juntamente com a cadete X, destaco também as atenções que foram dispendidas ao novato que teria dito que o 3º ano era “estiado” no *facebook*. No caso dele, que chamamos de cadete Y, os alunos do 3º ano sempre faziam questão de lembrar qual era sua cidade de origem e, as retaliações consistiram em frequentes sequências de flexão de braço, o que na cultura PM se denomina de “pagar”. Mandar o cadete Y “pagar” flexão era a forma utilizada pelos alunos do 3º ano para demonstrar quem estabelecia as regras e quem mandava, restando ao novato apenas obedecer.

Numa dada situação, no segundo dia da semana zero, durante o jantar dos novatos no local próprio para as refeições no Centro de Educação que é comumente conhecido como Rancho, perguntei ao cadete do 3º ano responsável pela organização da refeição sobre as estórias do *facebook* e ele respondeu que aqueles que assim agiram iriam receber um “muído” maior. Em outra ocasião, durante exercícios de ordem unida, à noite, na pista de atletismo do quartel, aproximando-me de uma das novatas, perguntei-a o que as demais estavam achando da semana zero, e a mesma disse-me que elas reclamaram sobre a “perseguição” por causa dos comentários do *facebook*. Elas disseram que não mais podiam falar nada. Quanto ao fato, a aluna disse às demais que a vida militar era assim mesmo. Como exemplo, se elas se aproximassem do masculino “as pessoas iriam falar”. Observei duas cadetes do 3º ano conversando sobre a cadete X e uma delas falou: “Vou dizer que ela é uma apagada”.

Em outro momento, ao aproximar-me de um grupo de cadetes do 3º ano (mulheres), as mesmas comentavam sobre o que foi exposto no *facebook* por alguns novatos. Uma delas dizia que um dos novatos estava sendo perseguido por conta de seus comentários e os perseguidores “não conheciam a pessoa dele, não sabiam quem ele era”. Outra cadete afirmou que ele tinha comentado que “não precisou subir guarita pra entrar no CFO”. Essa cadete comentou que ele tinha sido injusto no comentário, como se tivesse desprezado as pessoas que trabalham nos presídios e estudam nas guaritas. “Reconhecemos o mérito dele, mas ele não precisava ter dito nada”. Ao contrário, outra cadete disse, ao lembrar da cadete X perseguida por conta dos comentários do *facebook*, que “não importava o que ela comentou, importava a militar que ela iria ser”. Quando perguntei qual o motivo da perseguição, uma das cadetes respondeu que foi por causa dos comentários do *facebook*. Nesse contexto, podemos observar numa acepção própria a Becker (2008) como o desvio cometido pela cadete X e pelo cadete Y na percepção dos alunos do 3º ano os tornaram *outsiders* perante as regras institucionais culturalmente estabelecidas.

Na meia-noite do segundo para o terceiro dia da semana zero, um dos coordenadores do CFO e a turma do 3º ano (em forma) decidiam o que iria ser feito para a instrução da madrugada. O planejamento era decidido na hora e o coordenador afirmava: “hoje é muído” e “atenção a (cadete X) deve ser carregada”. “Já que o Coronel não está, é bomba!”. Passados vinte minutos da meia-noite os novatos foram acordados com bomba e muita pressão. O cadete Y foi isolado e cercado por alguns cadetes do 3º ano e um deles exclamou (na posição de flexão): “Tá pensando que é brincadeira?”. Cadetes ao redor da cadete X diziam a todo instante que ela era “desenrolada”, pois a mesma estava de atestado médico. Os cadetes começaram a “mandar pegar o requerimento da cadete X”.²¹ Três dias depois da semana zero um cadete do 3º ano confessou-me que as cadetes fe-

²¹ Nesse caso, “mandar pegar o requerimento” quer dizer assinar o mesmo para desistir e ir embora do curso.

mininas de sua turma teriam jogado água nas partes íntimas da cadete X e teria falado que “aquilo seria para apagar o fogo dela”. Um dos cadetes do 3º ano se referia à cadete X dizendo que “Eu vou ajeitar ela!”.

Na tarde do terceiro dia conversei com o cadete do 3º ano que era intruso entre os novatos (ele já tinha deixado a experiência). O mesmo conversou com a cadete X sobre o motivo da ênfase dada a ela e a mesma respondeu que foi “por causa da besteira colocada no *facebook*. Eu brinquei com relação à semana zero, por isso estão pegando no meu pé”. Ainda segundo ele, o próprio teria agido diferente em relação à cadete X, quando a mesma foi molhada na garagem na atividade durante a madrugada, inclusive falou com os cadetes do 3º ano para que arransassem um termômetro para verificar a temperatura da cadete X para saber se a mesma estava em estado de hipotermia, pois os outros cadetes em retaliação, não paravam de jogar água nela.²²

Ao conversar com dois cadetes do 3º ano (um homem e uma mulher), vez ou outra o assunto acabava sendo sempre a estória do *facebook*. O primeiro disse que achava “uma besteira” e a segunda disse que ela (a cadete X) “não precisava fazer aquilo”, foi “leseira” dela. Além disso, a mesma comentou que seu “afilhado”²³ era um “apagado” (o cadete Y). Outra cadete que chegou ao grupo disse que tiveram pessoas que falaram “muita besteira” sobre a cadete X como: “Você não merece está aqui”. Ela achou um absurdo os comentários. Outro cadete chegou na hora e disse: “Besteira foi o que ela disse”.

O que percebi em meio aos conflitos gerados por todos os comentários é como a situação do *facebook* tornou-se importante para todos, visto que as regras morais próprias à cultura interna dos alunos estava em jogo. Como exemplo, no quarto dia da semana zero, em uma conversa com alguns cadetes do 3º ano e um dos coordenadores, o assunto sobre o *facebook* e a cadete X foi novamente suscitado, sobre o qual o coordenador comentou: “ela era namorada de um soldado.... já começou assim vai dá nó por 30 anos!”.²⁴ Em outro momento, observei uma conversa sobre a conduta sexual da cadete X na sala dos coordenadores. Um deles comentou que “a mesma já pegou muita gente na PM”, o que nos reporta ao princípio de anormalidade estudado por Foucault (1979, 1988) e o seu dispositivo de sexualidade. Em conversa com outras cadetes do 3º ano, a conduta sexual da cadete X era sempre enaltecida, tanto que, uma delas me disse ao falar da cadete X: “aqui dentro ela tem que se enquadrar. Lá fora, na vida pessoal, ela pode ir até pra rua da Areia”.²⁵

No sexto dia, novamente a cadete X tornou-se alvo das observações dos cadetes do 3º ano. A mesma reclamou que está sendo gritada por uma das cadetes e que está de atestado médico (fato que comprovei). A justificativa da cadete do 3º ano é que a cadete X está “destoante da tropa”. A cadete X ao conversar comigo chorou. Ela disse: “Você achar que por ser superior pode passar por cima da humanidade das pessoas”. Passei por uma situação delicada. Estava no final das instruções, por volta de 1 hora da madrugada, depois da conversa com a cadete X, quando os novatos foram liberados para dormir. Duas cadetes do 3º ano disseram que a cadete X deveria ficar para ter aulas de ordem unida, o que de pronto a mesma retrucou dizendo que estava de atestado. Um coordenador que estava presente pediu meu auxílio. Tentei apaziguar a situação, deixando claro que eu estava ali para realizar uma pesquisa. O coordenador, assim como as cadetes, disse para a cadete X sobre as consequências advindas do seu comportamento. Inclusive acrescentou que estar ali “era pra levar grito mesmo, pois ela iria levar grito de Capitão a Coronel”. A cadete X pediu para falar com o coordenador a sós, mas foi negado, assim como com as cadetes. Depois a cadete X foi dispensada para dormir e continuei conversando com o coordenador e com as cadetes, os quais afirmavam do quanto a cadete X não “se enquadrava” às regras da semana zero. Pelo que observei, a cadete X

²² Segundo informações dos coordenadores e dos alunos do terceiro ano, além do contato que tive com a cadete X, a mesma participou da semana zero com problemas de saúde, os quais não tenho como descrever.

²³ Os cadetes do 3º ano adotam os novatos como afilhados de acordo com a posição que os últimos obtêm no concurso vestibular. Como no CFO existe uma classificação baseada nas médias escolares, tem-se, portanto, que o cadete 301 do 3º ano torna-se padrinho do primeiro colocado no vestibular e assim sucessivamente.

²⁴ “Dá nó” significar criar problemas na profissão PM.

²⁵ Se enquadrar diz respeito a se adequar às regras da formação pedagógica PM. Quanto à rua da Areia, trata-se de uma rua localizada no Centro antigo da cidade de João Pessoa e que é popularmente conhecida por ser um ponto de localização de diversos bordéis.

disse que “não estava ali para ser gritada”, “que não ia aguentar e iria responder”. Perguntei se ela queria estar ali, o que foi respondido que sim, mas não admitia ser gritada daquele jeito, já que outro cadete a tratou bem. Já os cadetes dizem que ela é “apagada” e que já conversaram com a mesma, mas não adiantava. Só que, em meio aos “testes de obediência”, como nos coloca Goffman (2007), a cadete X foi obrigada a escrever uma redação que serviria de mote para sua “recuperação” e a qual, conseguida por mim com uma das cadetes do 3º ano, tem alguns trechos abaixo descritos:

Não sei o que é ser militar, por isso não possuo (ainda) conteúdo para redigir. Porém, tenho muito interesse em aprender. Acredito ter êxito no aprendizado, graças à qualificação e profissionalismo do terceiro ano em nos repassando [sic] seus saberes. Esses últimos dias na semana de adaptação já observei a disciplina, qualidade de todos que compõe [sic] esta instituição. Logo, o interessado a entrar na instituição tem que começar antes no Curso de Formação e cultivando o esforço diário.

No sétimo dia, cheguei ao Centro de Educação pelas 09:30 horas da manhã. Perguntei a duas cadetes do 3º ano que encontrei como elas se comportariam se estivessem no lugar da cadete X, o que uma delas respondeu que “já teria pedido baixa”,²⁶ mas retifiquei a pergunta e disse sobre a questão da postagem do *facebook*, como elas percebiam a questão quanto à turma, o que foi respondido que a maioria, por medo, “não teria postado”. Uma das cadetes confidenciou que “teve pena da cadete X” quando a levou ao médico. A cadete X teria comentado “eu não aguento mais, quero participar da semana zero”. A cadete do 3º ano disse que “ela (a cadete X) queria assinar um termo de responsabilidade”, mas, segundo a cadete, seu problema de saúde faria a coordenação negar sua participação. A cadete X ainda teria acrescentado que “eu não aguento mais as pessoas me carregando”. Uma novata, ao aproximar-se de mim, confessou que a cadete X no dia anterior teria ficado muito triste, pois, depois de ter recebido ajuda no alojamento para ajeitar o coque e se maquiar, as cadetes do 3º ano fizeram-na lavar o rosto com suco de caju, o que a deixou chateada.

Sentei ao lado da cadete X e conversamos um pouco. Ela me falou que estava mais calma e só não aceitava porque as pessoas estavam levando as coisas para o lado pessoal. Segundo ela, um coordenador falou que “ela era uma vergonha, que não se enquadrava como os demais”. Ela perguntou-me se seria desligada do curso e eu respondi que “não”. Eu a perguntei sobre qual seria o motivo das perseguições e ela respondeu que foi por causa das postagens do *facebook*, mas ela era civil e não sabia que as pessoas no militarismo “faziam de uma gota uma tempestade no copo d’água”. Ela ainda acrescentou que queria estar ali, queria ser policial, mas não gostava de ordem unida e discordava com um coordenador quando o mesmo falou que ela não tinha o perfil para a profissão. Inclusive desistiu de outro curso para fazer o CFO. *A posteriori*, eu passei a conversar com três cadetes do 3º ano (duas mulheres e um homem) quando uma delas recebeu a ligação de uma outra cadete que, pelo que foi possível discernir, falava da cadete X, o que a cadete falou que “aquela menina vai ser anotada²⁷ por mim sem pena”.

Durante o rito final, no último dia da semana zero, ocorrido na praia de madrugada, uma cadete do 3º ano relatou-me um fato no qual os cadetes do 3º ano teriam enterrado a cadete X na areia até o pescoço, dizendo que ela estava “morta” e que era para os demais novatos “chorarem por sua morte”. Não pude acompanhar esse fato porque cheguei ao local pouco tempo depois. Tal situação nos remete ao ritual do isoma entre as tribos ndembo descrito por Turner (1974), só que, no caso da PM, a intenção não é tornar as mulheres novamente férteis para a procriação como no isoma, e sim destacar a sua inutilidade para a profissão PM. O enterro seria uma forma simbólica de afastar o comportamento desviante próprio do aluno “apagado” e sem perfil para ser um PM, para fazer o próprio aluno despertar para introjetar o ethos inerente ao “espírito policial militar”.

Às 05:50 horas, na volta do batismo na praia, iniciou-se a última atividade da semana zero que consistia em superar uma pista de obstáculos e, até o último instante da semana zero uma cadete do 3º ano comentou sobre a cadete X: “eita X, tinha que ser X, essa menina não tem jeito não”. Fiz uma última observação quando, conversando com as cadetes do 3º ano uma delas afirmou ao se reportar à cadete X: “o coordenador falou que quer três anotações dela no mínimo por semana”.

²⁶ Pedido para ser desligada do curso.

²⁷ Significa ser punida pedagogicamente de acordo com as regras do CFO como, por exemplo, ter que ficar no final de semana com a liberdade cerceada dentro do quartel por ter não ter forrado bem a cama ou estar com o uniforme mal passado. Mas, acrescento que as infrações das regras disciplinares de cunho pedagógico são inúmeras de acordo com a cultura policial militar.

Na entrada final pelo Portão das Armas²⁸ onde os novatos participariam da formatura final e encontraram-se com seus familiares, observei que a cadete X entrou chorando. Durante o café, que ocorreu com os familiares após a formatura, procurei-a e perguntei o motivo do seu choro e ela respondeu-me que “chorava porque foi humilhada e queria desistir porque todos a perseguiram e diziam que ela era uma inútil. Ela disse que era lenta para aprender os movimentos de ordem unida e por isso todos disseram que ela não prestava. Ela quis participar das atividades da semana zero, mas todos diziam que seu atestado era “macete”.²⁹ Por fim, um cadete ainda me diria que a perseguição à cadete X “está parecendo uma caça às bruxas”.

Considerações finais

Foi possível, com base neste estudo etnográfico, reatualizarmos as concepções teóricas que situam fenômenos como desvio e anormalidade no campo da sociologia, numa correlação que destacou como as prescrições morais são construídas num grupo particular que compartilha de uma cultura institucional.

Para tanto, situamos historicamente como, a partir do século XIX, inicialmente a anormalidade surgiu como discurso para legitimar comportamentos que acabaram por ser reconhecidos como patológicos e presentes de forma determinada e herdados como herança do próprio desenvolvimento da raça humana, pensamento que se tornou caro a autores como Lombroso e que foi criticado por Foucault.

Ademais, passamos a descrever, numa mudança de perspectiva, como o estudo da anormalidade ao desvio ganhou ênfase por teóricos como Goffman e Becker para indicar que, segundo o primeiro, nas instituições totais, existe uma dialética institucionalizada entre equipe dirigente e internos onde os últimos são controlados para serem “programados” às regras organizacionais e, no caso de Becker, o mesmo ressalta que o desvio surge por conta da rotulação e reconhecimento do ato desviante pelo olhar suscitado pelo grupo em relação a quem comete o desvio. Temos assim que o desvio seria uma construção social.

Nesse percurso, mostramos a realidade da semana de adaptação, ou melhor, da “semana zero” do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba. Descrevemos como ocorreu esse processo de modo a identificarmos a aplicação do arcabouço teórico apresentado neste trabalho, o que nos levou a denominar de desvio antecipado um tipo de comportamento socialmente construído antes mesmo do desviante conhecer a cultura interna da formação policial ou, se a conhecesse, pelo menos não teria participado da mesma visto que a hierarquia institucional possibilita o arranjo de universos culturais diferenciados.

Portanto, com base em dois casos particulares que foram destaque durante a semana zero, constatamos a aplicabilidade do conceito de desvio antecipado de modo a destacarmos que, segundo nossa ótica, tal desvio se configura quando o desviante pleiteia participação num determinado grupo, neste caso, na realidade formativa policial militar, de modo que o próprio regime militarista possa ser, segundo a crença nativa, a “cura” para aqueles que podem macular a imagem de uma instituição regida por princípios uniformizadores e disciplinares.

Referências

- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Bauru, SP: Edipro, 2003.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENTHAM, Jeremy et al. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

²⁸ Entrada do quartel de formação PM.

²⁹ Forma de ludibriar os coordenadores para não realizar os exercícios e tarefas concernentes à cultura formal e informal do CFO.

- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. Brasília, São Paulo: Paralelo Quinze, Editora da Unesp, 1998.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CUSSON, Maurice. Desvio. In: _____. BOUDON, Raymond (org.) et. al. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. pp. 413-448.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: _____. NUNES, Édson de Oliveira. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- _____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 2007.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2008.
- FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003.
- _____. *Ditos & escritos V: ética, sexualidade, política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FRANÇA, Fábio Gomes de. *Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *O vínculo ritual: um estudo sobre sociabilidade entre jovens no urbano brasileiro contemporâneo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. *Tempo social*, 13 (1): 185-201, maio de 2001.
- LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007.
- MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. *Teoria e pesquisa*, n. 47, jul/dez de 2005. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/43/36>>. Acesso em: 03 jun 2013, às 09:30 horas.
- SILVA, Agnaldo José da. *Praça Velho: um estudo sobre o processo de socialização policial militar*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- SILVA, Robson Rodrigues da. *Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- SOUZA, Marcos Santana de. *A violência da ordem: polícia e representações sociais*. São Paulo: Annablume, 2012.

STORANI, Paulo. *“Vitória sobre a morte: a glória prometida: o “rito de passagem” na construção da identidade dos operações especiais do BOPE.* 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura.* Petrópolis: Editora Vozes LTDA., 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem: Estudos sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.* Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VILLELA, Jorge Mattar. Apresentação. In: BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC.* São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. pp. 11-21.

WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais.* São Paulo: Centauro, 2003.

*

Abstract: We present in this paper ethnography conducted during the first week of the Training Course for Officers (CFO) of the Military Police of Paraíba. This first week is commonly known as "zero week" and, according to the native speech is in a period of “adjustment” to the newly incorporated in own social universe of military police educational system. In this sense, our methodological reference was direct and participant observation. Furthermore, we use the theoretical perspectives of Becker, Goffman and Foucault, with emphasis on the analysis of phenomena such deviation and abnormality, from which we propose to highlight what we mean by "early shift", and establish a relationship with studies about morality in the socio - anthropological field. **Keywords:** deviation, military police, week zero, morality

